

O colapso do sentido em tempos sombrios, um retorno à barbárie?

Cristiane Maria Cornelia Gottschalk¹

Resumo: Este artigo procura contribuir com a análise de teóricos da política que recorrem à segunda fase do pensamento de Wittgenstein para se debruçar sobre a questão do avanço de movimentos de extrema direita no mundo e decorrentes ameaças aos valores adotados pelas sociedades democráticas estabelecidas. Neste contexto turbulento, o conceito de “consenso” passa a tomar um lugar de destaque, na medida em que a democracia de massa passa a conviver com uma multiplicidade de vozes que, por vezes, parecem ser irreconciliáveis, não encontrando representatividade nos partidos políticos e tampouco nos políticos. Surgem novas crenças que desafiam os cânones das ciências e fundamentalismos procuram ocupar dogmaticamente espaços democráticos que, até então, pareciam assegurados, como os direitos humanos e a luta pela preservação do meio ambiente. Entre um relativismo total e as novas formas de dogmatismo, propõe-se no presente texto retomar a perspectiva wittgensteiniana sobre os mecanismos de construção de sentidos pela linguagem e de constituição de crenças como esclarecedores das possibilidades de comunicação e de atribuição de sentido aos fatos do mundo que possam levar, eventualmente, a novas formas de consensos.

Palavras-Chave: consenso, dogmatismo, democracia-liberal, ciência, Wittgenstein.

The collapse of meaning in dark times, a return to barbarism?

Abstract: This paper seeks to contribute to the analysis of policy theorists who use the second phase of Wittgenstein's thought to address the issue of the advancement of far-right movements in the world and the resulting threats to the values adopted by established democratic societies. In this turbulent context, the concept of “consensus” is taking a prominent place as mass democracy comes to live with a multitude of voices that sometimes seem irreconcilable, not finding representation in political parties, nor in politicians. New beliefs emerge that challenge the canons of science and fundamentalism seek to occupy dogmatically democratic spaces that hitherto seemed secure, such as human rights and the struggle for environmental preservation. Between a total relativism and the new forms of dogmatism, it is proposed in the present text to resume the Wittgensteinian perspective on the mechanisms of meaning construction by language and the constitution of beliefs as clarifying the possibilities of communication and the attribution of meaning to the facts of the world that may lead eventually to new forms of consensus.

Keywords: consensus, dogmatism, liberal democracy, science, Wittgenstein.

Os ataques dirigidos às ciências em diversas partes do mundo, questionando-se os modos de aferição da verdade que embasam o método científico e ignorando-se boa parte dos saberes institucionalizados, têm tido como uma de suas consequências o surgimento de novos valores e crenças. Algumas destas crenças têm deixado atônita a comunidade científica, como por exemplo, a firme convicção de segmentos da população de que a Terra seria plana, ou então, que a teoria da evolução deveria ser substituída nas escolas pelo *design* inteligente ou mesmo pelo criacionismo, entre outras proposições, que desafiam o senso-comum estabelecido nas sociedades

¹. Professora doutora da Faculdade de Educação da FEUSP e coordenadora da área de *Cultura, Filosofia e História da Educação* do Programa de Pós-Graduação da FEUSP. Email: crisgott@usp.br.

democráticas e laicas. Em particular no Brasil, autoridades governamentais passam a negar as mudanças climáticas, os direitos de minorias arduamente conquistados são solapados, a polícia se sente autorizada a matar impunemente, nossas florestas ardem e os alertas de nossos cientistas são solenemente ignorados. O pêndulo do conhecimento estaria invertendo sua trajetória do iluminismo iniciado na Revolução Francesa de volta para a barbárie?

Estudos recentes mostram que estas novas crenças e valores têm sido alimentados pelas redes sociais², e, de tanto serem repetidos e veiculados por diversos internautas, instalam-se em nichos como os grupos de WhatsApp (que são constituídos a partir de elos de confiança, como grupos de amigos e de familiares), alterando-se significativamente a imagem de mundo de uma certa parcela da população. O caldeirão de novos valores começa então a ferver, introduzindo-se novos temperos e desconsiderando-se ingredientes que acreditávamos até há pouco minimamente assegurados no mundo ocidental, como a imprensa livre, os argumentos científicos, os princípios democráticos e os direitos humanos. Penso que neste momento em que vivemos uma crise sem precedentes, em que valores éticos e culturais fundamentais de regimes democráticos estão sendo cotidianamente ameaçados, urge repensarmos os mecanismos de constituição de sentido, tendo em vista resistir ao relativismo total que nos assola, mas, ao mesmo tempo, sem recair em alguma espécie de dogmatismo.

Recentemente, mais exatamente no dia 20 de setembro de 2019, em uma das manifestações que ocorreram no mundo todo sobre as mudanças climáticas, havia um cartaz em que se lia o seguinte: “A Terra é plana porque ela é um planeta. Se fosse redonda seria chamada de Redondeta”. Obviamente através do humor tratava-se de ridicularizar teses tão obscurantistas sobre o nosso pobre planeta. Mas gostaria de aproveitar esta brincadeira com a linguagem para refletir sobre os mecanismos de constituição de nossas crenças mais fundamentais. E quem sabe, persuadir o leitor, de que o colapso do sentido é de fato, o início da barbárie.

A Terra existe

Farei uma breve incursão pela filosofia da linguagem de Wittgenstein, filósofo austríaco que se preocupou em investigar os limites do sentido linguístico. Para ele, não há um acesso direto ao que consideramos ser verdadeiro no mundo, há sempre uma intermediação, que envolve técnicas de natureza convencional e, fundamentalmente, interlocutores. Estes interlocutores podem ser nossos professores desde o ensino fundamental, nossos pais, os cientistas, e claro, também as diferentes mídias. Não aprendemos com eles explicitamente que “A Terra existe”, ou que “eu existo”, que “os objetos existem” etc., apenas aprendemos a buscar uma cadeira, a segurar um lápis quando queremos desenhar ou estamos aprendendo a escrever, respondemos se nos chamam pelo nome, enfim, agimos dentro de contextos que envolvem objetos diversos em meio a palavras e interlocutores, constituindo-se, assim,

² Segundo alguns autores, como as pesquisadoras Tatiana Roque e Fernanda Bruno, para se contrapor a este estado de coisas seria necessário repactuar os critérios tradicionais da produção de consensos e enfatizar valores mais favoráveis à vida coletiva em um regime democrático.

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/11/fenomeno-da-pos-verdade-transforma-os-consensos-ja-estabelecidos.shtml>

uma imagem de mundo. Nas próprias palavras do filósofo em seus últimos escritos, uma distinção linguística importante é ressaltada:

Em geral considero como verdadeiro o que se encontra em livros escolares de geografia, por exemplo. Por quê? Eu digo: todos esses fatos foram confirmados centenas de vezes. Mas como eu sei disso? Qual é a evidência que tenho para isso? Eu tenho uma imagem do mundo [*Weltbild*]. É verdadeira ou falsa? Acima de tudo, é o substrato de toda minha investigação e asserções. As proposições que a descrevem não são todas igualmente sujeitas a prova. (DC, §162)³

Como Wittgenstein observa acima, nem todos os nossos enunciados têm um valor de verdade. Há proposições da nossa linguagem que são usadas normativamente, a saber, não conseguimos imaginar o seu contrário: não consigo imaginar que eu não exista, ou que os objetos que vejo à minha frente não existam. Consideremos a seguinte situação: em uma aula de geografia o professor aponta para um globo terrestre e diz peremptoriamente, “vejam como a Terra é redonda! ”. Acreditamos nele, não porque esta afirmação deve ter sido provada por cientistas centenas de vezes, ou porque os historiadores nos relatam as viagens de circunavegação empreendidas desde o século XV, mas simplesmente porque não questionamos a autoridade do professor e tampouco a dos livros escolares. Segundo Wittgenstein, são certas que “engolimos” sem nos darmos conta à medida em que vamos aprendendo outras coisas, constituindo-se, assim, o que ele denominará na segunda fase de seu pensamento de *proposições gramaticais*.

Contam-me, por exemplo, que alguém subiu a esta montanha há muitos anos. Informo-me sempre sobre a confiança que merece o narrador e se a montanha existia de facto há anos? Uma criança aprende que há informadores fidedignos e não-fidedignos muito mais tarde do que aprende factos que lhe são contados. Não se aprende *de modo algum* que essa montanha existe há muito tempo: isto é, não se põe em questão isso ser assim. A bem dizer, engole essa conclusão juntamente com *aquilo* que aprende. (DC § 143, grifos do autor)

Uma criança que ainda está aprendendo fatos geográficos, não os aprende através de processos indutivos, não precisa *verificar* se montanhas de fato existem ou ouvir centenas de vezes que “A Terra existe” ou que “A Terra é redonda”, que rios e montanhas existem, que ela própria existe e que o mesmo acontece com os objetos a sua volta. Ninguém ensina uma criança a existência de objetos apontando para eles e dizendo: “Isto existe, aquilo existe, etc.”. A criança aprende as palavras de sua linguagem nativa aplicando-as em diferentes situações, e gradualmente vai incorporando algumas regras para que a aplicação das palavras seja considerada adequada pela comunidade em que vive. Não dizemos, por exemplo, que o lápis ouve, ou que a cor vermelha canta ou que cadeiras voam. Seguimos regras tácitas para que possamos ser compreendidos, e estas regras vão formando um sistema:

³ Utilizaremos as siglas IF, DC e OFM para nos referirmos respectivamente às seguintes obras de Wittgenstein: *Investigações Filosóficas*, *Da Certeza* e *Observações sobre os Fundamentos da Matemática*, seguidas do número do parágrafo relativo à obra considerada.

A criança aprende a acreditar num grande número de coisas. Isto é, aprende a atuar de acordo com essas convicções. Pouco a pouco forma-se um sistema daquilo em que acredita e, nesse sistema, algumas coisas permanecem inabalavelmente firmes, enquanto algumas outras são mais ou menos susceptíveis de alteração. Aquilo que permanece firme não o é assim por ser intrinsecamente óbvio ou convincente; antes aquilo que o rodeia é que lhe dá consistência. (DC 144)

As crianças não aprendem que existem livros, que existem poltronas, aprendem a ir buscar livros, a sentarem-se em poltronas, etc. (...) (DC 476)

Assim, o sentido não estaria nas próprias coisas, um livro ou uma poltrona não tem significado em si, este vai sendo constituído ao longo do *uso* das palavras livro e poltrona em determinados contextos. Ao aplicarmos as palavras em diversas situações vamos constituindo uma “Gramática”⁴ dentro de nós, um conjunto de enunciados que expressam linguisticamente nossas formas de vida, que incluem nossos valores e crenças mais fundamentais e que passam a orientar nossos pensamentos e ações. Esta gramática não é um dado, não extraímos estes enunciados através de observação e experimentação, trata-se de uma *construção*: em meio a nossos hábitos, costumes e instituições estabelecem-se ligações internas entre objetos empíricos, sensações, sentimentos etc. que inicialmente são tomados como referência de como aplicamos as palavras. Estes elementos empíricos entram na linguagem como paradigmas para a constituição de regras que aprendemos a seguir, constituindo-se, assim, o que Wittgenstein passará a chamar de jogos de linguagem, a saber, uma “totalidade formada pela linguagem e pelas atividades com as quais ela vem entrelaçada” (Wittgenstein, IF §7).

Desta perspectiva wittgensteiniana, a linguagem pode ser vista como um conjunto aberto de jogos de linguagem, onde suas regras são de natureza convencional, na medida em que poderiam ter sido diferentes, em outras formas de vida. Embora parte destas regras possam ter tido uma origem empírica, em determinado momento passam a exercer uma função normativa, dizendo o que é ser livro, o que é ser poltrona etc., ou seja, adquirem uma autonomia em relação ao empírico, passam a não prestar mais contas aos fatos do mundo.

Retornando às expressões “A Terra existe” ou “A Terra é redonda”, no sentido acima estas afirmações podem ser vistas como proposições gramaticais, fazem parte da nossa linguagem ordinária, e, em particular, dos jogos de linguagem das ciências. São regras que aprendemos a seguir e que estão internamente articuladas com todo um sistema de crenças que expressa linguisticamente nossas *formas de vida*, ou seja, tratam-se de *formas*, e não de descrições. Mesmo que em algum momento na história de nossos conceitos afirmássemos enfaticamente que “A Terra é plana”, não se imaginando no passado a possibilidade de que não fosse plana, nossos jogos de linguagem são vivos e dinâmicos, especialmente os jogos de linguagem das ciências, em que alguns de seus enunciados passam a ser substituídos por outros, com a mesma força normativa. Assim, não há verdades absolutas a serem descobertas e descritas neste campo do conhecimento – o que seria resquício de um essencialismo platônico, por vezes, ainda presente em determinadas concepções de ciência –, mas apenas a

⁴ Passarei a utilizar o termo “Gramática” com g maiúsculo para distingui-lo da gramática de uma determinada língua com suas regras de sintaxe. As regras que compõem a Gramática são regras de *uso* das palavras em diferentes contextos linguísticos, uma gramática profunda, segundo Wittgenstein, que difere de nossa gramática superficial.

construção de modelos teóricos que organizam a nossa experiência empírica de determinada forma, e que se alteram com o tempo.

Contemporâneo de Wittgenstein, Karl Popper irá caracterizar a ciência como uma atividade que é constituída por enunciados sempre passíveis de refutação, como bem nos lembra José Mário Azanha ao comparar estes dois grandes pensadores:

No que nos interessa – o conceito de método científico – numa linha wittgensteiniana de análise, a rejeição [do essencialismo] estaria no reconhecimento de que as variedades das práticas científicas concretas não extraem a sua cientificidade de um suposto ajuste a um significado essencial de racionalidade. Seria o mesmo que procurar o significado essencial de jogo, capaz de dar conta de cada jogo concreto. Em Popper, a rejeição está no fato de que as práticas científicas concretas, que chegarem a considerar que uma teoria – qualquer que ela seja – é imune à crítica, desqualificam-se como científicas, porque isso importa no abandono da busca permanente e na presunção de se ter alcançado uma verdade definitiva, o que é logicamente insustentável. (1992, p.184)

Neste sentido popperiano de ciência, fundamentado em uma recusa ao essencialismo platônico enquanto procura de verdades absolutas, a atividade científica caracteriza-se como a procura de verdades provisórias, eventualmente *refutáveis* ao longo do tempo, o que pode ser entendido também de uma perspectiva wittgensteiniana, como o estabelecimento de proposições que podem exercer uma função normativa no interior de um sistema de regras acordado pelos cientistas de uma determinada comunidade, constituindo-se a partir delas um conjunto de teorias relativamente estáveis⁵. Estas proposições nos dizem, por exemplo, *o que é ser planeta* na astronomia e/ou na geografia, *o que é ser homem* na biologia e/ou nas ciências sociais, enfim, nos fornecem as condições de sentido para os fatos do mundo de uma determinada perspectiva, pressupondo-se, é claro, uma estabilidade relativa dos objetos empíricos e dos comportamentos dos seres vivos.

No entanto, é importante ressaltar que embora alguns enunciados sejam de natureza convencional, como vimos acima, isto não significa que sejam meramente arbitrários. São também fonte de necessidade, caso contrário, não seríamos capazes de atribuir sentido ao que pensamos e fazemos. Seria o colapso do sentido! Duvidar que a Terra existe ou que os objetos existem etc., colocaria em xeque tudo o mais em que acreditamos. Por exemplo, como o próprio Wittgenstein observa:

É perfeitamente seguro que os automóveis não crescem da terra. Se alguém acreditasse no contrário, sentíamos que era capaz de acreditar em *tudo* o que consideramos não ser verdade e poderia por em questão tudo o que temos por seguro.

Mas como é que *uma* convicção como essa pode ligar-se a tudo o resto? Podemos dizer que alguém que pudesse acreditar nisso não aceita o nosso sistema total de verificação.

Este sistema é adquirido pelo conhecimento através da observação e da instrução. Intencionalmente não digo “aprendido”. (DC, § 279)

⁵ Outro grande filósofo da ciência, Thomas Kuhn, irá falar em paradigmas incomensuráveis, como constitutivos de teorias que se sucedem ao longo da atividade científica. Cf. Kuhn, T. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.

A partir do uso que fazemos de nossas palavras e expressões linguísticas, traçamos alguns limites para o que faz e o que não faz sentido. Do mesmo modo que em um jogo qualquer suas regras nos dizem que lances são permitidos jogar e os que não podemos fazer, na nossa linguagem esta função é exercida pelas proposições gramaticais, que constituem *a posteriori* o pilar (convencional) de tudo em que acreditamos cegamente (não duvido que os automóveis não crescem da terra, ou que a Terra seja redonda, que os seres vivos evoluem etc.) e que, ao mesmo tempo, possibilitam que verifiquemos as demais proposições sobre o mundo, como por exemplo, que a Terra gira em torno de seu próprio eixo, que uma planta germina a partir de sua semente, que os automóveis são construídos em fábricas etc. etc..

Não *aprendemos* as proposições gramaticais que formam nossos sistemas de verificação, simplesmente porque funcionam como regras de um jogo, ou como axiomas ou postulados de uma geometria como a euclidiana. Para entrar no “jogo” desta geometria, por exemplo, precisamos aceitar seus postulados, e uma vez “engolidos” somos convencidos da *necessidade* de seus teoremas: “Não são os axiomas isolados que me parecem óbvios, é um sistema em que as conclusões e as premissas se apoiam *mutuamente*.” (DC, 142). Analogamente, temos nossas premissas e postulados na linguagem ordinária e nas ciências de modo geral. Eis o pulo do gato de Wittgenstein, os fundamentos últimos do sentido estão na própria linguagem, em nossas proposições gramaticais que formam uma gramática intrinsecamente articulada e com força de norma⁶, condição de sentido para todas as demais expressões linguísticas.

Princípios democráticos: universalismo *versus* contextualismo

*À profundidade que vemos na essência
corresponde à necessidade profunda
da convenção.*

Wittgenstein (OFM, I, § 74)⁷

Como vimos acima, de fato os jogos de linguagem das ciências são passíveis de refutação, *mas a partir de critérios internos à própria ciência*, dentre os quais, recorrendo-se aos fatos do mundo para confirmar ou refutar suas teorias. Para isto, os fatos do mundo, em particular os que são descritos a partir de determinadas teorias científicas⁸, são imprescindíveis, não podem ser ignorados. Cada ciência dispõe de seus critérios para validar suas afirmações interconectando-as, eventualmente, a outros

⁶ Mais precisamente, segundo o filósofo Arley Ramos Moreno (1995) estas proposições exercem uma função transcendental, dizem *o que é ser* algo. Seriam equivalentes aos enunciados sintéticos *a priori* de Kant, diferindo deles apenas por não serem *a priori* no sentido metafísico, mas um *a priori* de natureza *a parte post*.

⁷ Tradução do alemão: “*der Tiefe des Wesens entspricht das tiefe Bedürfnis nach der Übereinkunft*”.

⁸ Lembrando-se que, desta perspectiva wittgensteiniana, qualquer fato do mundo, externo ou interno, só passa a ter sentido dentro de uma determinada gramática. Não há um significado intrínseco à própria coisa, este se dá no interior de jogos de linguagem, através de técnicas de comparação e de gestos ostensivos, entre outras, envolvidas com palavras, interlocutores e ações. (Moreno, 1995).

jogos de linguagem, estabelecendo-se, assim, sistemas altamente *confiáveis*. Sim, chegamos no conceito que nos interessa em especial, a confiança que atribuímos a determinados princípios e teorias sobre o mundo. Por que acreditaríamos mais em determinadas crenças do que em outras? Como se estabelecem os vínculos de confiança que nos levam a aceitar certos “axiomas” em detrimento de outros?

Em parte, estas questões já foram respondidas relativamente às nossas crenças estabelecidas no uso ordinário da linguagem, crenças que resultam de acordos profundos presentes *na própria linguagem*, não se trata de acordos empíricos. Questionar a existência da Terra ou mesmo a própria existência ou qualquer outro enunciado gramatical levaria ao colapso de todo o nosso sistema de crenças, destruindo qualquer possibilidade de atribuição de sentido ao mundo. Onde, então, se encontram as brechas? Como é possível que afirmações equivalentes a “os automóveis crescem da terra” sejam aceitas como verdades inquestionáveis? Enfim, estaríamos caminhando para um relativismo total, onde tudo vale?

Tendo em vista entender o momento conturbado em que estamos vivendo em várias partes do mundo, em particular com o surgimento de movimentos de extrema-direita e fundamentalismos que ameaçam os princípios democráticos e suas instituições – os quais pareciam ter sido reconhecidos como legítimos de modo hegemônico após os eventos que culminaram com a queda do muro de Berlim em 1989 –, teóricos dos sistemas políticos passaram a divergir na interpretação dos valores e princípios ético-políticos das sociedades ditas democráticas. Dentre eles, a filósofa Chantal Mouffe (2005), que, em um de seus artigos, questiona a ideia de que o modelo político da democracia liberal ainda esteja sendo reconhecido como a única forma legítima de governo. Segundo ela,

Não está claro o quão forte é o presente consenso, nem por quanto tempo ele vai durar. Enquanto muito poucos ousam desafiar abertamente o modelo liberal-democrático, os sinais de desprezo pelas atuais instituições estão-se tornando generalizados. Um número crescente de pessoas vem sentindo que os partidos tradicionais deixaram de atender a seus interesses e partidos de extrema-direita estão fazendo importantes incursões em muitos países europeus. Além disso, mesmo entre aqueles que estão resistindo ao apelo dos demagogos, persiste um cinismo acentuado sobre a política e os políticos – com seus muitos efeitos corrosivos sobre a adesão popular aos valores democráticos. (2005, p.11)

Ainda segundo Mouffe, com o desenvolvimento da democracia de massa, um novo entendimento de democracia fazia-se necessário, em que noções como “bem comum” e “vontade geral” tinham de ser abandonadas e em seu lugar, dever-se-ia considerar o pluralismo de interesses e valores como co-extensivo à ideia de “povo”, a serem representados por diferentes partidos políticos. Neste sentido, a “estabilidade e a ordem resultariam mais provavelmente do compromisso entre interesses diversos do que da mobilização do povo em direção a um consenso ilusório acerca do bem comum” (Mouffe, p. 12), como defendiam as teorias contratualistas desde Rousseau. A filósofa ainda nos lembra que o déficit democrático na maior parte das sociedades liberal-democráticas também decorre do crescimento de várias religiões, bem como de fundamentalismos morais e étnicos. Propõe, então, que se enfrente estes problemas não a partir de teorias políticas que pressupõem uma racionalidade comum a todos os cidadãos, e que veem os sujeitos como anteriores à sociedade e portadores de direitos naturais; mas que se olhe para a cidadania de uma perspectiva diferente, em que os

indivíduos não “estão abstraídos das relações sociais e de poder, linguagem, cultura e todo o conjunto de práticas que tornam a ação [*agency*] possível.” (2005, pp.17-18)

Para fazer a crítica ao racionalismo presente nas teorias vigentes sobre a democracia liberal, Mouffe irá se apoiar em Wittgenstein, em particular na ideia de que antes de qualquer acordo de opinião deve haver acordo sobre *formas de vida*. Segundo o filósofo, as razões chegam em algum momento na rocha dura, ao solo áspero com atrito, onde “a pá entorta” (IF, § 217). Em outras palavras, o uso de razões tem seus limites:

Quando se encontram dois princípios que não podem conciliar-se um com outro, os que defendem um declaram os outros loucos e heréticos. Eu disse que ‘combateria’ o outro homem – mas não lhe indicaria *razões*? Certamente; mas até onde que chegam? No fim das razões, vem a *persuasão* (pense no que acontece quando os missionários convertem os nativos!). (Wittgenstein, DC 611-612)⁹

Com base nas reflexões acima, Mouffe conclui, então, que a lealdade à democracia e a crença ao valor de suas instituições não dependeriam em dar-lhes uma fundação intelectual, mas em reconhecer os limites do consenso, e que para levar o pluralismo a sério devemos abrir mão “do sonho de um consenso racional que acarreta a fantasia de que poderíamos escapar de nossa forma de vida humana”, já que não haveria um consenso racional universal a ser alcançado, ideia que retoma em outro artigo seu, “*Wittgenstein, Political Theory and Democracy*”, ao examinar o debate travado entre contextualistas e universalistas:

Uma das questões mais controversas entre os teóricos políticos nos últimos anos está no centro desse debate [entre contextualistas e universalistas] e diz respeito à própria natureza da democracia liberal. Deve ser vista como a solução racional para a questão política de como organizar a coexistência humana? Por conseguinte, incorpora a sociedade justa, aquela que deve ser universalmente aceita por todos os indivíduos racionais e razoáveis? Ou a democracia liberal representa apenas uma forma de ordem política entre outras possíveis? Uma forma política de coexistência humana, que, com certeza, pode ser considerada justa, mas que também deve ser vista como o produto de uma história particular, com condições de existência históricas, culturais e geográficas específicas. (p. 2)¹⁰

Também nesse seu artigo, contrapondo-se ao universalismo, Mouffe parte do pressuposto de que devemos reconhecer que possa haver outras formas políticas nas sociedades justas, produtos de outros contextos. Não haveria, portanto, uma única forma política justa. Segundo ela, embora a posição universalista-racionalista ainda seja dominante na teoria política, a teoria contextualista vem ganhando força a partir das ideias de Wittgenstein. Desta nova perspectiva, os princípios democráticos liberais são vistos como apenas um “jogo de linguagem”, entre outros, uma vez que o que consideramos razoável não pode ser caracterizado independentemente de certos “juízos” essenciais [*pivotal “judgements”*]¹¹. Em outras palavras, de uma perspectiva

⁹ Cf. Mouffe, 2005, p.18.

¹⁰ Tradução minha do inglês.

¹¹ Estes julgamentos, a meu ver, correspondem às proposições gramaticais de uma determinada forma de vida, como vimos no início deste texto.

contextualista inspirada em Wittgenstein a racionalidade está intrinsecamente ligada a uma forma de vida.

Ainda de acordo com Mouffe, em nosso contexto atual caracterizado por um crescente desapareço pela democracia e com a insurgência de movimentos populistas de direita, torna-se vital entender como poderia se estabelecer uma forte adesão aos valores democráticos e suas instituições. Também seria necessário entender que não é oferecendo argumentos racionais sofisticados que os valores democráticos podem ser promovidos, na medida em que a criação de formas de individualidade democrática passaria por um processo complexo que deve ocorrer através de uma variedade de práticas, discursos e jogos de linguagem. Mouffe sugere, então, a promoção de atividades diversas que nos tornem responsáveis por nossas ações em situações concretas, persuadindo o outro *sem invocar para tanto regras ou princípios gerais*, apenas respeitando as diferenças e reconhecendo a multiplicidade de vozes que uma sociedade pluralista abriga.

Retomando o impasse de como lidar com “novas” crenças que colocam em cheque nossas certezas mais fundamentais – a saber, as proposições gramaticais a que Wittgenstein se refere e que, em geral, não são colocadas em questão: seria o caso de *persuadir* nosso interlocutor (que já não é mais uma criança) de que a Terra não é plana? Ou persuadi-lo de que o mundo existe há mais de dez mil anos e seus primeiros habitantes não foram Adão e Eva?

Embora eu concorde com Mouffe que em uma sociedade pluralista devemos respeitar as diferenças, reconhecendo a pluralidade de vozes que ela comporta, também recorrerei a Wittgenstein, mas para discordar em relação à apropriação que é feita do nosso filósofo austríaco para defender ferreamente o contextualismo na teoria política. Não que o filósofo tenha em algum momento defendido a posição universalista, e tampouco qualquer outra teoria política sobre a democracia ou defendido uma forma particular de governo. Como apresentado na primeira parte deste texto, Wittgenstein tinha como preocupação central uma reflexão sobre os limites do sentido, desvendando, assim, as complexas relações entre linguagem, pensamento e mundo. Para tanto, forjou conceitos fundamentais, dentre os quais, o conceito de “jogo de linguagem”, que abriga, por sua vez, o conceito de “seguir regras”. Ao longo de sua investigação deu-se conta de que a linguagem desempenha uma multiplicidade de funções, ressaltando a função normativa de determinados enunciados, presentes *na* linguagem que conecta todo um povo, para além de diferenças de opiniões:

“Assim você está dizendo, portanto, que a concordância entre os homens decide o que é certo e o que é errado?” – Certo e errado é o que os homens *dizem*; e os homens estão concordes na *linguagem*. Isto não é uma concordância de opiniões mas da forma de vida. (IF, § 241)

Ao aprender uma língua estamos sendo inseridos em diversos jogos de linguagem, cujas regras em sua maior parte são tácitas, não são *ditas*. Como Wittgenstein observa, “as crianças não aprendem que existem livros, que existem poltronas, aprendem a ir buscar livros, a sentarem-se em poltronas, etc.” (DC, § 476). Analogamente, uma criança que professa uma religião aprenderá nestes outros jogos de linguagem que “Deus existe”, que “Existem anjos” ouvindo as estórias da bíblia ou o pastor professando sua doutrina. O que não impede que na escola ela aprenda os jogos de linguagem da geografia e da biologia, jogos essencialmente referenciais, uma vez que as ciências empíricas têm como objetivo descrever e explicar os fatos do mundo. Como já foi dito, as ciências não procuram verdades absolutas, seus enunciados são hipóteses que são confirmadas em maior ou menor grau. Enquanto as afirmações dos jogos de linguagem da religião são dogmas incontestáveis, ou seja, têm uma função *normativa*, e não descritiva.

Do ponto de vista linguístico, o uso de enunciados do campo da religião se aproxima mais do uso normativo dos enunciados da matemática: “dois mais dois *deve* ser igual a quatro”, e se afasta dos jogos de linguagem das ciências empíricas, em que se procura *descrever* fatos do mundo. O cientista testa suas hipóteses recorrendo a fatos da natureza: caso o fato ocorra a proposição será considerada verdadeira, e se não ocorrer, será considerada falsa. Aqui cabe falar em verdade ou falsidade. Já no caso da matemática, não se verifica empiricamente a verdade de suas proposições. Parte-se de axiomas e postulados para se chegar a verdades consideradas necessárias, enquanto na natureza não há necessidade, os fatos são contingentes. São jogos essencialmente diversos. Esta distinção entre os usos normativo e empírico é fundamental para entendermos os processos de constituição de sentido, que se dão no interior de jogos de linguagem com diferentes finalidades.

Embora as fronteiras entre os jogos sejam fluidas e possam se alterar com o tempo, sabemos quando estamos fazendo uma afirmação no campo da religião e outra no campo da ciência. O perigo está na dissolução destas fronteiras, confundindo-se proposições empíricas com proposições de natureza gramatical. Aqui sim, surgem as confusões e o perigo do dogmatismo, chegando a afetar nossos sistemas políticos, calando as vozes que expressam a multiplicidade da nossa linguagem. O fundamentalismo religioso, por exemplo, pode impor seus dogmas como sendo explicativos dos processos empíricos da natureza, sem se dar conta de que estes enunciados dizem respeito a jogos de linguagem de outra natureza.

Ao se dizer, por exemplo, que “Deus existe”, o religioso não está descrevendo um fato empírico, está apenas postulando um axioma, entre outros, que fundamenta seu sistema normativo metafísico. Dentro deste sistema o criacionismo é uma mitologia que não tem a pretensão de descrever ou prever fatos do mundo empírico, trata-se de uma gramática que mobiliza valores específicos fundamentados na fé. Embora nas ciências empíricas o cientista também se apoie em uma Gramática dos usos das palavras da linguagem ordinária, os jogos de linguagem com os quais opera têm finalidades totalmente distintas. Nada impede, entretanto, que um cientista professe uma religião. É essa liberdade que importa preservar, seja em uma democracia liberal ou em qualquer outro tipo de governo que consideremos justo, garantindo-se as condições para que se combata qualquer tipo de dogmatismo.

Da perspectiva wittgensteiniana, não há uma hierarquia de jogos de linguagem, em que se deve privilegiar um em detrimento dos outros. O que temos é uma variedade de atividades exercidas por sujeitos linguísticos, com diferentes finalidades. Assim, não há verdades últimas metafísicas que se sobreponham aos jogos de linguagem que construímos ao longo da história humana, *a essência da linguagem está na Gramática*, cujas regras são públicas e de natureza convencional. Como

dissemos anteriormente, embora as regras gramaticais possam ter tido origem no empírico, ao longo do tempo adquirem autonomia em relação aos fatos do mundo, e passam a guiar nossas ações e pensamentos significativos, sem que os determine. Apenas tecem um campo de ação onde os limites do que faz e o que não faz sentido vão sendo gradualmente incorporados ao longo do aprendizado da língua materna.

Obviamente os sentidos que construímos se dão no interior de contextos específicos, a saber, dentro de determinados *jogos de linguagem*; mas aqui também caberia uma distinção: os contextos *sociais* são empíricos, frutos de acordos de outra natureza, em que a argumentação e o uso da razão têm seu lugar. Não que exista uma única racionalidade, pelo contrário, há uma grande diversidade de formas de operar com nossos signos e expressões linguísticas, seguindo regras públicas (mesmo que tácitas), as quais “engolimos” juntamente com o aprendizado da linguagem materna. O cartaz que foi usado na demonstração pela preservação do meio ambiente e contra o aquecimento global, em que se lia, “A Terra é plana porque ela é um planeta. Se fosse redonda seria chamada de Redondeta”, transgrediu de modo criativo os limites de jogos de linguagem de natureza diversa, provocando um efeito cômico. Até o fundamentalista entenderá a piada, mesmo que não ache graça nela... Aprendemos a transitar de um jogo para outro, e ao mesmo tempo, reconhecemos os limites do sentido em cada um deles. Afinal, comungamos uma Gramática dentro de nós.

Enfim, se alguém afirma que carros crescem da terra, podemos concluir que este interlocutor não joga os nossos jogos de linguagem usuais. Para que isto faça sentido para nós, ele precisaria explicitar os usos que ele está fazendo das palavras “carro” e “terra”, usos que podemos aceitar, *ou não*. Os acordos nas formas de vida se dão *nos contextos linguísticos de usos das palavras*, e não em contextos empíricos, sociais ou psicológicos. Talvez não precisemos persuadir o outro a *mudar* de jogo de linguagem (Gottschalk, 2016), mas apenas propor outros modos de significar o mundo, ampliando o espectro do sentido de determinados conceitos; e aqui concordo com Mouffe, respeitando a diversidade de vozes e suas diferentes racionalidades, e ao mesmo tempo, acrescento, combatendo atitudes dogmáticas e fundamentalistas, evitando-se, assim, o retorno à barbárie.

Referências bibliográficas

Azanha, José Mario Pires. *Uma Ideia de Pesquisa Educacional*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

Gottschalk, Cristiane Maria Cornelia. “Teaching critical thinking: the struggle against dogmatism”. In: *Educational Philosophy and Theory*, 2016. Routledge. <https://www.tandfonline.com/action/doSearch?AllField=DOI%3A+10.1080%2F00131857.2016.1168731&SeriesKey=rept20>

Moreno, Arley Ramos. *Wittgenstein através das imagens*. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1995.

Mouffe, Chantal. “Por um Modelo Agonístico de Democracia”. *Revista de Sociologia e Política*. Dossiê Democracias e Autoritarismos – nº 25: 11-23, nov. 2005.

_____ “Wittgenstein, Political Theory and Democracy”. In: <http://red.pucp.edu.pe/ridei/files/2011/08/081119.pdf> Acesso em 29-09-19.

Wittgenstein, Ludwig. *On Certainty*. Oxford: Basil Blackwell, 1979. (DC)

_____ *Investigações Filosóficas*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1996. (IF)

_____ *Bemerkungen über die Grundlagen der Mathematik*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1989. (OFM)

Recebido para publicação em 21-09-19; aceito em 07-10-19